



G2. OFICIAL LEGISLATIVO (NS)



100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. Uma das características da Lei de diretrizes orçamentárias se refere ao fato de que ela define detalhadamente como o orçamento deve ser executado e distribuído entre os diversos órgãos do governo.
02. A Lei de diretrizes orçamentárias abrange uma ampla gama de temas além das metas fiscais anuais. Ela inclui dispositivos sobre políticas de financiamento, condições para transferências voluntárias, critérios para aplicação dos recursos públicos e até mesmo normas sobre gestão da dívida pública. Além disso, a LDO define regras para a concessão de garantias pelo governo federal e para a realização de operações de crédito pelos entes da federação.
03. Os custos semivariáveis, também conhecidos como custos mistos, possuem tanto componentes fixos quanto variáveis em sua estrutura. Por exemplo, uma conta de eletricidade pode incluir uma tarifa fixa básica que permanece constante, independentemente do consumo, além de uma cobrança adicional que varia conforme a quantidade de energia utilizada. Esse tipo de custo é essencial para a análise de custo-volume-lucro, pois oferece uma visão mais detalhada e precisa das despesas empresariais em diferentes níveis de atividade. A compreensão dos custos semivariáveis permite às empresas identificar a parte fixa que deve ser coberta, independentemente do volume de operações, bem como a parte variável que aumenta com a expansão da produção ou vendas.
04. A gestão de estoques é crucial para garantir que uma empresa mantenha níveis adequados de produtos disponíveis para atender à demanda dos clientes sem excessos ou faltas. Ela envolve o controle eficiente de entradas, saídas e armazenamento de mercadorias, otimizando os custos e melhorando o atendimento ao cliente.
05. Os fluxogramas são ferramentas exclusivamente utilizadas por profissionais técnicos, como engenheiros e programadores, sendo irrelevantes para áreas como marketing, recursos humanos ou gestão.
06. O conceito Just in Time (JIT) é uma estratégia eficaz de gestão de estoques que busca reduzir desperdícios e custos ao receber materiais ou produtos apenas quando são necessários para a produção ou venda, minimizando assim a necessidade de armazenamento.
07. Para o Poder Judiciário, cabe a função de julgar conflitos de interesses, aplicando as leis aos casos concretos e garantindo a justiça e a equidade. Isso envolve a resolução de litígios entre partes, a interpretação da Constituição e das leis, bem como a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos contra eventuais abusos dos outros poderes.
08. Quanto mais complexo um fluxograma, mais eficiente é o processo representado, pois a complexidade indica maior detalhamento e controle sobre as atividades.
09. Os princípios fundamentais da Constituição Federal do Brasil são normas de natureza superior que orientam todo o ordenamento jurídico do país. Eles são pilares essenciais para a organização política, social e jurídica do Estado brasileiro, estabelecendo diretrizes basilares que devem ser observadas e respeitadas por todos os poderes públicos e cidadãos. Entre esses princípios estão a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, entre outros.
10. No Direito Administrativo, as normas possuem hierarquia definida, nas quais a Constituição Federal está no topo, seguida das leis, decretos e demais normativos infralegais. Essa hierarquia determina que todas as normas e atos administrativos devem estar em conformidade com a Constituição, sendo nulas aquelas que a contrariem. Esse princípio garante a segurança jurídica e o respeito ao Estado de Direito.
11. Os Custos diretos são aqueles que podem ser facilmente atribuídos a um produto específico, como materiais diretos e mão de obra direta. Custos indiretos, por outro lado, são atribuídos apenas a departamentos específicos e não podem ser alocados aos produtos, como despesas gerais de fabricação.

12. O regime jurídico administrativo não se restringe ao Brasil; é um conceito amplamente adotado em diversos países. Ele estabelece normas e princípios específicos para a atuação da Administração Pública, diferenciando-a do setor privado. Esse regime visa a assegurar a supremacia do interesse público sobre o privado e define os limites e deveres da Administração no exercício de suas atribuições.
13. O lote econômico de compras refere-se à quantidade ideal de produtos a serem comprados de uma vez para minimizar os custos totais de estoque, que incluem custos de pedido e custos de manutenção de estoque. É calculado equilibrando o custo de colocação de pedidos com o custo de manter o estoque, visando minimizar os custos totais de estoque da empresa.
14. É aceitável que servidores públicos utilizem recursos e estruturas públicas para benefício pessoal, desde que não haja prejuízo direto aos serviços públicos.
15. A ética na administração pública requer que os agentes públicos atuem com transparência e responsabilidade, assegurando que suas ações sejam abertas ao escrutínio público e que prestem contas de suas decisões e condutas. Esse princípio é fundamental para promover a confiança e a legitimidade das instituições públicas.
16. Os princípios fundamentais da Constituição Federal possuem status normativo superior dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Isso significa que eles têm prevalência sobre outras normas infraconstitucionais, como leis ordinárias e regulamentos. Esses princípios são a base para a interpretação e aplicação de todas as demais normas jurídicas no Brasil, garantindo que nenhuma lei ou ato normativo contrarie seus preceitos essenciais.
17. Os modelos de estoques fixos são adequados apenas para empresas de grande porte, devido à complexidade envolvida na gestão de múltiplos locais de armazenamento.
18. A Lei nº 14.133/2021 aplica-se não apenas à Administração Direta, mas também à Administração Indireta, abrangendo autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Todos os entes da Administração Pública devem observar as normas e procedimentos estabelecidos por essa lei para realizar contratações de bens, serviços e obras.
19. A Constituição Federal do Brasil determina que o ingresso no serviço público deve ocorrer mediante concurso público, salvo exceções expressamente previstas. Esse requisito visa a garantir a igualdade de oportunidades aos cidadãos que desejam integrar a Administração Pública, baseando-se no mérito e na capacidade técnica dos candidatos. O concurso público é um instrumento essencial para evitar práticas como o nepotismo e o favorecimento pessoal, promovendo a profissionalização e a eficiência na gestão pública.
20. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) adota princípios de contabilidade geralmente aceitos, adaptados às peculiaridades do setor público. Isso inclui a utilização do regime de competência para reconhecimento das receitas e despesas, a transparência na divulgação das informações contábeis e a conformidade com as normas internacionais quando aplicáveis, como as normas do International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB).
21. O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental utilizado no Brasil para estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para um período de quatro anos. Ele integra o processo orçamentário e define as prioridades para os investimentos em políticas públicas, como saúde, educação, infraestrutura e segurança. O PPA permite uma gestão mais eficiente dos recursos públicos ao alinhar os programas e ações do governo às necessidades da sociedade, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.
22. O Poder Executivo não possui exclusividade na elaboração de normas. Embora tenha a função de executar as leis aprovadas pelo Legislativo, pode também participar do processo legislativo apresentando projetos de lei ao Congresso Nacional. Além disso, por meio de decretos e regulamentos, o Executivo regulamenta as leis já existentes, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pela Constituição.
23. O lote econômico de compras (LEC) compartilha afinidades com o conceito Just in Time (JIT), pois ambos são estratégias de gestão de estoque projetadas para minimizar os níveis de estoque e os custos associados. O LEC determina a quantidade ideal de itens a serem adquiridos em cada pedido para otimizar os custos totais de estoque, incluindo custos de armazenamento e pedidos. Por outro lado, o JIT é uma abordagem que enfatiza a entrega de materiais e produtos exatamente quando são necessários, eliminando estoques excessivos ao longo da cadeia de suprimentos.
24. A Lei nº 14.133/2021 estabelece princípios fundamentais que devem orientar as licitações e os contratos administrativos, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, sustentabilidade e isonomia. Esses princípios garantem que o processo licitatório seja realizado de forma transparente, competitiva e em consonância com o interesse público.
25. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma lei que estabelece as diretrizes orçamentárias para um período de dois anos, não se limitando a um único exercício fiscal. Além disso, a LDO é um instrumento exclusivamente nacional e não possui aplicabilidade nos âmbitos estaduais e municipais.
26. Os símbolos em fluxogramas desempenham um papel crucial na representação visual detalhada de um processo ou sistema. Cada símbolo é projetado para representar uma etapa específica do processo, como início, fim, decisões, operações e conexões entre diferentes partes do fluxo. Essa padronização dos símbolos não apenas facilita a compreensão visual das atividades envolvidas, mas também permite uma análise detalhada e sistemática do fluxo de trabalho.

27. A organização dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário baseia-se no princípio da separação dos poderes, fundamental para o sistema democrático. Cada poder possui funções específicas e independentes, garantindo o equilíbrio de poder e a fiscalização mútua entre eles para evitar concentração excessiva de autoridade e garantir o Estado de Direito.
28. Os custos de produção incluem todas as despesas incorridas durante a fabricação de um produto, enquanto custos de período são somente aqueles incorridos dentro do ciclo de produção. Custos de período não incluem despesas como marketing e administração.
29. De acordo com os conceitos financeiros, podemos dizer que os Custos sunk, ou custos irrecuperáveis, são aqueles que podem ser recuperados após uma decisão empresarial. Esses custos devem ser sempre considerados na tomada de decisão, pois afetam diretamente a lucratividade futura de um projeto.
30. Os princípios fundamentais da Constituição Federal do Brasil de 1988 estão concentrados na estrutura do Estado e na organização dos poderes públicos, sem impacto direto nas relações econômicas e sociais entre os cidadãos brasileiros, pois essas vertentes tangem para a dicotomia do processo social existente.
31. A estimativa análoga é uma técnica de previsão que se baseia na comparação com projetos anteriores similares. Essa abordagem utiliza dados históricos de projetos passados para prever a duração e os custos de um novo projeto, partindo do pressuposto de que as condições e características do novo projeto são semelhantes às dos projetos anteriores. Esse método é particularmente útil em situações onde há pouca informação detalhada disponível sobre o novo projeto, permitindo que as equipes de gerenciamento de projetos utilizem a experiência acumulada para gerar estimativas razoavelmente precisas de tempo e orçamento.
32. O regime jurídico administrativo se limita exclusivamente à Administração Direta. Ele não se aplica à Administração Indireta, que inclui autarquias, fundações públicas, empresas estatais e outras entidades controladas pelo Estado. Essas entidades não estão sujeitas aos mesmos princípios e normas do Direito Administrativo, visando necessariamente à realização do interesse público e à eficiência na prestação de serviços.
33. O combate à corrupção é um componente crucial da ética na administração pública. Os agentes públicos devem adotar práticas que previnam, detectem e punam atos de corrupção, promovendo uma cultura de integridade e honestidade no serviço público.
34. Os custos fixos são aqueles que permanecem constantes, independentemente do volume de produção ou vendas, exemplificados por despesas como aluguel de instalações e salários de funcionários administrativos. Esses custos não flutuam com a variação na quantidade de bens ou serviços produzidos, proporcionando uma previsibilidade financeira a longo prazo. Em contraste, os custos variáveis são diretamente proporcionais ao nível de produção ou atividade de vendas, incluindo gastos com matérias-primas, energia utilizada na produção e comissões de vendedores. A variação desses custos reflete-se diretamente nos gastos operacionais, à medida que a produção aumenta ou diminui. Ambos os tipos de custos são fundamentais para a análise de custo, sendo essenciais para a determinação do ponto de equilíbrio, a precificação de produtos e a formulação de estratégias financeiras e operacionais.
35. Os princípios do Direito Administrativo são fundamentos que orientam a atuação da Administração Pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios estão previstos na Constituição Federal de 1988 e são essenciais para garantir que os atos administrativos sejam realizados de acordo com o interesse público, respeitando os direitos dos cidadãos e promovendo a boa gestão dos recursos públicos.
36. Durante a elaboração do Plano Plurianual, há um processo de consulta pública e participação da sociedade civil, incluindo audiências públicas e consultas online. Esse envolvimento permite que cidadãos, organizações não governamentais e outros interessados contribuam com ideias, sugestões e críticas para a formulação das políticas públicas e definição das prioridades de investimento. A participação da sociedade fortalece a transparência e a accountability do processo, garantindo que o PPA reflita as necessidades e aspirações da população.
37. Embora o Plano Plurianual (PPA) inclua aspectos econômicos, como investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional, ele se limita apenas a questões econômicas. O PPA não abrange áreas como saúde, educação, cultura, segurança pública, meio ambiente e inclusão social. A falta de diversidade de temas reflete a restrição das políticas públicas a aspectos econômicos, sem considerar a promoção do desenvolvimento equilibrado e sustentável do país ao longo dos anos.
38. O ponto de equilíbrio ocorre quando a receita total é máxima, o que garante o maior lucro possível para a empresa. Tanto o ponto de equilíbrio quanto o lote econômico de compras são conceitos exclusivamente aplicáveis à produção industrial, não tendo relevância para outros setores econômicos.
39. Os custos de oportunidade representam o valor dos benefícios perdidos ao se escolher uma alternativa em detrimento de outra. Por exemplo, se uma empresa decide usar um recurso para um projeto em vez de outro, o custo de oportunidade é o benefício que poderia ter sido obtido com o projeto não escolhido. Esse conceito é crucial para a tomada de decisões estratégicas.

40. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário exercem controle mútuo para assegurar o respeito à Constituição e à legalidade. O Legislativo controla o Executivo por meio de fiscalização e aprovação de contas, enquanto o Judiciário exerce o controle de constitucionalidade das leis e pode anular atos do Executivo que violem a Constituição. Da mesma forma, o Executivo exerce influência na elaboração das leis e na indicação de membros do Judiciário.
41. Um ponto importante que deve ser levado em consideração é que os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal do Brasil são imutáveis e não podem ser alterados por meio de emendas constitucionais ou interpretações evolutivas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
42. A Constituição Federal permite a nomeação de servidores públicos sem a realização de concurso público, desde que haja justificativa de necessidade urgente e temporária para a administração pública. Essa exceção é amplamente utilizada para preencher cargos de confiança ou de natureza técnica específica sem a necessidade de processo seletivo.
43. A Constituição Federal estabelece o princípio da descentralização administrativa, garantindo autonomia política, administrativa e financeira aos estados, municípios e Distrito Federal. Essa descentralização permite que os entes federativos exerçam competências próprias e promovam o desenvolvimento regional de acordo com suas peculiaridades e necessidades locais. A autonomia administrativa permite aos estados e municípios criar e gerir suas próprias estruturas administrativas e serviços públicos, adaptando-se às demandas específicas de suas populações. Já a autonomia financeira possibilita a gestão dos recursos arrecadados localmente, reduzindo a dependência dos entes federativos em relação ao governo federal.
44. Um fluxograma é uma representação gráfica detalhada de um processo ou sistema, utilizando símbolos padronizados para ilustrar passo a passo como algo funciona. Essa ferramenta é amplamente utilizada em diversas áreas, incluindo engenharia, negócios e tecnologia, com o objetivo principal de documentar, analisar e melhorar processos existentes ou novos. No contexto empresarial, os fluxogramas são essenciais para garantir a eficiência operacional e a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos, ao proporcionar uma visão clara e estruturada de todas as etapas envolvidas em uma atividade específica.
45. A estimativa paramétrica é uma técnica avançada que utiliza variáveis específicas e relações matemáticas para prever custos e durações em projetos. Em vez de depender exclusivamente de dados históricos de projetos anteriores, como na estimativa análoga, a estimativa paramétrica emprega modelos quantitativos que relacionam variáveis como tamanho, complexidade e características do projeto para calcular estimativas precisas. Por exemplo, no contexto de um projeto de construção, pode-se utilizar a relação de custo por metro quadrado para estimar o custo total com base na área a ser construída.
46. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo estabelecer normas e procedimentos contábeis específicos para o setor público no Brasil. Ele busca promover a transparência, a comparabilidade e a qualidade da informação contábil, permitindo uma gestão fiscal responsável e facilitando o controle social sobre os recursos públicos.
47. Podemos dizer que manter o sigilo absoluto sobre todas as informações governamentais é uma prática ética na Administração Pública, pois protege os interesses do Estado e evita que informações sensíveis sejam utilizadas de maneira inadequada pelos cidadãos.
48. Compreendemos que o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público está diretamente relacionado ao ciclo orçamentário. Ele orienta a elaboração das demonstrações contábeis dos entes públicos, garantindo que estas estejam alinhadas com o orçamento público aprovado para o exercício. Isso assegura uma gestão fiscal responsável e transparente, facilitando o controle e a análise da execução orçamentária.
49. A Lei Federal nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações, tem como objetivo modernizar e simplificar o processo licitatório no Brasil. Ela busca aumentar a eficiência, a transparência e a competitividade nas contratações públicas, estabelecendo normas gerais aplicáveis a todos os entes federativos (União, estados, municípios e Distrito Federal).
50. De acordo com a constituição federal e sua aplicabilidade, podemos dizer que os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal do Brasil são exclusivamente aplicáveis ao direito nacional e não têm influência em normas internacionais ou em tratados internacionais assinados pelo Brasil. A soberania nacional não implica respeito aos direitos humanos e à paz mundial.
51. Ao Poder Legislativo cabe a função de elaborar leis, que são normas gerais e abstratas aplicáveis a toda a sociedade. Isso inclui a discussão, votação e aprovação de projetos de lei, além de outras atribuições como fiscalização do Executivo e o processo de elaboração do Orçamento Público.
52. Para aplicar a estimativa análoga de forma eficaz, é necessário dispor de dados extremamente precisos e detalhados dos projetos anteriores, o que pode torná-la uma técnica difícil de implementar na prática.
53. Não existe uma hierarquia absoluta entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Cada um possui autonomia e competências definidas pela Constituição, e embora haja relações de colaboração e controle entre eles, nenhum pode impor sua vontade de forma arbitrária sobre os demais. O princípio da separação dos poderes visa justamente a evitar concentração excessiva de poder em uma única instituição.
54. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público não se restringe apenas às entidades federais. Ele é aplicável a todos os entes da federação (União, estados, municípios e Distrito Federal) e suas respectivas entidades da administração indireta. Isso garante a padronização e a harmonização das práticas contábeis no âmbito do setor público brasileiro, promovendo a comparabilidade das informações financeiras entre diferentes níveis de governo.

55. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma legislação fundamental no Brasil, estabelecendo as metas e prioridades fiscais para o governo no próximo ano. Seu propósito é fornecer um guia estratégico para a elaboração do Orçamento Anual, determinando as regras sobre despesas, receitas, limites de gastos e a gestão das finanças públicas. A LDO garante a coerência entre as políticas fiscal, monetária e cambial, sendo essencial para a estabilidade econômica do país.
56. No Direito Administrativo, o controle dos atos administrativos é exclusivamente judiciário. Não existe controle administrativo (realizado pela própria Administração) nem controle legislativo (exercido pelo Poder Legislativo). O controle judicial é o único responsável por garantir a legalidade, a eficiência e a legitimidade dos atos administrativos.
57. A estimativa paramétrica, embora avançada, pode ser menos precisa do que a estimativa análoga devido à sua dependência de cálculos matemáticos complexos e modelos estatísticos. Esses modelos frequentemente não capturam todas as nuances e condições específicas de um projeto real. Ao contrário da estimativa análoga, que utiliza a experiência passada e comparação direta com projetos similares, a estimativa paramétrica emprega relações matemáticas que podem não refletir completamente as particularidades do projeto em questão.
58. O Plano Plurianual não é uma prática exclusiva do Brasil. Muitos países ao redor do mundo adotam instrumentos semelhantes, como o Plano Quinquenal na China e o Plano Nacional de Desenvolvimento no México. Esses planos de longo prazo são essenciais para estabelecer diretrizes estratégicas, promover investimentos e orientar o desenvolvimento socioeconômico de maneira planejada e sustentável.
59. Um dos princípios fundamentais do Direito Administrativo é a supremacia do interesse público sobre o interesse privado. Isso significa que a Administração Pública deve agir sempre visando ao bem comum, mesmo que isso implique restrições ou sacrifícios para interesses individuais. Esse princípio é essencial para garantir a legitimidade e a legalidade dos atos administrativos.
60. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público considera aspectos patrimoniais irrelevantes para a gestão pública. Ele estabelece normas para o reconhecimento, mensuração, avaliação, controle e divulgação do patrimônio público, incluindo ativos, passivos, receitas e despesas. Isso proporciona uma visão completa da situação financeira e patrimonial dos entes públicos, essencial para a tomada de decisões e para a prestação de contas à sociedade.
61. A gestão pública no Brasil é centralizada exclusivamente no âmbito federal, com pouca autonomia conferida aos estados e municípios. Todas as decisões administrativas e políticas são tomadas diretamente pelo governo federal, sem considerar as especificidades regionais e locais de cada ente federativo.
62. Os princípios fundamentais da Constituição Federal orientam não apenas a estrutura do Estado e a atuação dos poderes públicos, mas também têm influência em diversos contextos sociais e jurídicos. Eles são aplicáveis em situações cotidianas, na interpretação de leis, na resolução de conflitos judiciais e na formulação de políticas públicas. Esses princípios são essenciais para garantir a coesão social e o respeito aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos brasileiros.
63. Na determinação do lote econômico de compras, é essencial considerar fatores como demanda anual, custo de pedido, custo de armazenagem, taxa de consumo e variabilidade da demanda. Esses elementos influenciam diretamente na eficiência e na rentabilidade das operações de estoque da empresa.
64. A Administração Pública brasileira não se fundamenta em princípios constitucionais específicos. As decisões administrativas são tomadas com base na discricionariedade dos gestores públicos, sem a necessidade de observância de princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Isso permite uma maior flexibilidade na gestão pública, adaptando-se rapidamente às demandas e necessidades da sociedade.
65. Embora a gestão de estoques seja crucial para a eficiência operacional e financeira de uma empresa, seu impacto direto na satisfação do cliente pode não ser imediatamente evidente comparado a outros aspectos, como a qualidade dos produtos e o atendimento ao cliente. A gestão de estoques visa a otimizar o equilíbrio entre o fornecimento disponível e a demanda do consumidor, garantindo que produtos estejam disponíveis quando necessários, sem excessos que possam levar a custos adicionais de armazenamento ou obsolescência.
66. Embora o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público seja um guia contábil brasileiro, seu conceito e princípios são similares aos padrões internacionais de contabilidade pública. Vários países têm manuais ou normas semelhantes adaptadas à sua realidade jurídica e administrativa, visando melhorar a gestão financeira e a transparência no uso dos recursos públicos.
67. Na Administração Pública, é aceitável que um agente público participe de decisões que possam beneficiar diretamente seus interesses pessoais, desde que essas decisões também sejam vantajosas para o interesse público. A dualidade de interesses não prejudica a integridade do processo decisório.
68. A Nova Lei de Licitações não se restringe ao Brasil, sendo inspirada em práticas internacionais de contratação pública. Ela busca harmonizar as normas brasileiras com padrões internacionais, como os da União Europeia, visando promover maior eficiência e transparência nas contratações públicas.

69. A Administração Pública brasileira é regida por princípios constitucionais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública deve atuar conforme a lei, respeitando os limites e competências estabelecidos. A impessoalidade garante que os atos administrativos sejam neutros, sem discriminação ou favorecimento pessoal. A moralidade exige que a Administração atue de maneira ética e proba. A publicidade assegura a transparência dos atos administrativos, permitindo o controle pela sociedade. Por fim, o princípio da eficiência busca a otimização dos recursos públicos e a prestação de serviços de qualidade à população.
70. A imparcialidade e a justiça são pilares da ética na administração pública. Os agentes públicos devem tratar todos os cidadãos de maneira equitativa e justa, sem favorecimentos ou discriminações. A imparcialidade garante que as decisões sejam tomadas com base em critérios objetivos e legais.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

71. A ética no setor público é essencial para a governança eficaz e para a prevenção da corrupção. Promover uma cultura ética significa adotar medidas que não apenas combatam a corrupção, mas também previnam seu surgimento. Isso envolve a implementação de controles internos robustos, a promoção da transparência nas tomadas de decisão e a prestação de contas por parte dos gestores públicos.
72. A diversidade ética enriquece o debate moral ao desafiar visões monoculturais e eurocêntricas da ética. Reconhecer e valorizar diferentes perspectivas éticas permite uma compreensão mais ampla e inclusiva dos desafios éticos contemporâneos. Por exemplo, abordagens éticas vindas de tradições não ocidentais, como o budismo, oferecem insights únicos sobre questões como a compaixão e a interdependência, expandindo o repertório ético além das tradições dominantes.
73. Para excluir uma pasta ou um arquivo, selecione o item desejado e pressione a tecla "Delete" no teclado. Você também pode realizar essa ação através do menu "Arquivo" ou do botão "Organizar", ou ainda clicando com o botão direito do mouse sobre o item (pasta ou arquivo) que deseja excluir. No menu que aparece, escolha a opção "Excluir". Em ambas as situações, uma caixa de diálogo será exibida para confirmar a ação. Para recuperar uma pasta ou arquivo excluído do seu disco, acesse a Lixeira, localize o item desejado e clique sobre ele. Em seguida, clique em "Restaurar este item". Alternativamente, você pode acessar o menu "Arquivo" e selecionar a opção "Restaurar", para que o item retorne ao seu local de origem. Essa ação também pode ser realizada clicando com o botão direito do mouse sobre o item e escolhendo a opção "Restaurar".
74. Dentro do pensamento da ética e da moral, uma das correntes de pensamento é o cientificismo. Essa vertente não recusa uma fundamentação racional para a moral, pois afirma que não há uma separação entre fatos e valores. A neutralidade axiológica própria da ciência, de acordo com Max Weber, permite que os valores sejam captados em sua objetividade.
75. A Barra de Tarefas, localizada na parte inferior da Área de Trabalho, exibe, além dos botões padrões, as janelas que estão abertas no momento, permitindo alternar entre elas com rapidez e facilidade. É possível personalizar vários aspectos da Barra de Tarefas, como sua aparência, localização e os botões que serão exibidos, bem como ajustar o comportamento do botão Iniciar, por exemplo, configurando-o para armazenar e exibir os últimos acessos efetuados na máquina. Para ajustar as configurações da Barra de Tarefas e/ou do botão Iniciar, clique com o botão direito do mouse sobre a Barra de Tarefas e, em seguida, selecione a opção Propriedades.
76. Um motor de busca é composto por um conjunto de programas divididos em duas categorias principais. A primeira é o sistema de exploração, ou "rastreador", que analisa os documentos disponíveis na web e facilita as buscas no motor. A segunda é o sistema de recuperação de informação, que constitui a interface visível ao usuário, responsável por localizar e copiar sites e outros documentos da World Wide Web.
77. As fórmulas e funções são comandos utilizados para realizar cálculos, localizar informações, entre outras operações. As Planilhas Google, também conhecidas como Google Sheets, são uma aplicação baseada em nuvem que permite criar, editar e compartilhar planilhas online. Ela oferece ferramentas para colaboração coletiva nos documentos, constituindo uma alternativa inteligente às planilhas de desktop tradicionais, como o Excel da Microsoft. Para realizar uma adição no Google Sheets, você deve selecionar a célula onde deseja que o resultado da soma apareça e iniciar a fórmula com o sinal de dois pontos (:). Em seguida, você insere (ou seleciona) as células que deseja somar.
78. A ética não é apenas um conjunto de regras, mas um campo de investigação profunda sobre o que é certo e justo. Ela envolve não apenas a aplicação de normas, mas também a reflexão crítica sobre os fundamentos dessas normas e suas implicações para indivíduos e sociedades. Por exemplo, o debate sobre a ética da inteligência artificial não se limita a estabelecer regras para o uso dessa tecnologia, mas também questiona quais são os princípios éticos subjacentes que devem orientar seu desenvolvimento e aplicação.
79. Para nomear um arquivo corretamente, é essencial compreender sua estrutura. Os nomes dos arquivos são divididos em duas partes. A primeira parte, que aparece antes do ponto, é atribuída pelo usuário que cria o arquivo e pode ser renomeada a qualquer momento. A segunda parte, que vem após o ponto, define o formato do arquivo, indicando ao sistema operacional qual programa gerou e abrirá aquele arquivo. Essa informação é conhecida como tipo ou extensão. Por exemplo: "receita.doc", "tabela de carros.xls", "álbum de família.ppt", "explorer.exe", "control.ini", entre outros.

80. O Windows é uma linha de sistemas operacionais multitarefa desenvolvida pela Microsoft. Ele é licenciado, ou seja, possui custo para ser utilizado, sendo adaptável por diversos fabricantes em suas máquinas, proporcionando flexibilidade de uso. Alguns fornecedores de máquinas eletrônicas já vendem o produto com o valor da licença do software.
81. A promoção de uma cultura ética no setor público requer não apenas a adoção de códigos de conduta, mas também a educação e o engajamento contínuo dos servidores públicos e da sociedade civil. Capacitar os agentes públicos para lidar com dilemas éticos complexos e desenvolver mecanismos eficazes de monitoramento e denúncia são passos fundamentais para fortalecer a integridade institucional. Além disso, é crucial que a sociedade civil participe ativamente no acompanhamento das ações governamentais, pressionando por maior transparência e responsabilidade.
82. O Painel de Controle proporciona acesso a diversos recursos para configurar o sistema e os hardwares do computador, como adicionar, atualizar ou remover programas, conectar dispositivos, ajustar configurações de vídeo e tela, configurar propriedades do mouse, e ajustar data e hora, entre outras funcionalidades. No entanto, algumas configurações avançadas do Painel de Controle devem ser manipuladas apenas por usuários com conhecimento técnico adequado, pois modificações incorretas podem causar danos ao sistema.
83. A palavra "Probidade" carrega em seu significado a ideia de disposição para justificar publicamente decisões tomadas ou estratégias adotadas, e a abertura para ouvir interpelações, críticas e sugestões. Todas essas ações, entretanto, são realizadas de forma respeitosa, independentemente da simpatia pessoal que se tenha pelo interlocutor.
84. De acordo com a história em si, podemos compreender que convencionalmente passou a se chamar de cidadania o resultado de três aspectos fundamentais e essenciais, sendo estes: a cidadania política (garantia de direitos e participação política de todo o ser social), a cidadania civil (direitos relativos às liberdades individuais, como, por exemplo o direito de ir e vir) e a cidadania liberal (que garante os direitos relativos às propriedades individuais).
85. O armazenamento em nuvem é um serviço que permite a preservação de dados através da Internet ou de outras redes, utilizando um sistema externo mantido por terceiros. Empresas podem adotar soluções de armazenamento em nuvem como método de backup remoto com suporte comercial, facilitando a transferência e o armazenamento seguro de arquivos, além de permitir o compartilhamento entre diferentes localizações. Esses sistemas são conhecidos pela sua escalabilidade e acessibilidade universal, garantindo o acesso aos dados de qualquer lugar, independentemente da aplicação utilizada. As empresas têm a opção de escolher serviços de armazenamento híbrido, que combinam segurança e amplitude, economizando tempo e otimizando as operações empresariais, enquanto outros tipos de backup são mais adequados para uso doméstico.
86. O Windows 10 inclui várias funcionalidades integradas para garantir a segurança do computador, eliminando a necessidade de instalar programas de terceiros. Essas ferramentas ajudam os usuários a se proteger de vírus e outras ameaças, gerenciar o acesso de crianças e evitar que pessoas não autorizadas acessem o dispositivo. O objetivo dessas funcionalidades é criar um ambiente seguro na memória do sistema, dificultando o acesso de vírus e outras ameaças. Em um ambiente protegido como esse, os processos críticos do Windows são mais seguros contra ameaças externas. Para utilizar essa função, é simples: você acessa o menu "Segurança do Windows" e segue o caminho: Segurança do dispositivo > Isolamento do núcleo > Detalhes do isolamento do núcleo. Então, você pode ativar a opção "Integridade da memória" utilizando o botão deslizante. Dessa forma o computador será bloqueado automaticamente quando o usuário se afastar. O objetivo dessa função é impedir que terceiros acessem o PC, mesmo quando o usuário está ausente, usando um celular emparelhado via Bluetooth para bloquear o dispositivo.
87. Uma sociedade democrática deve promover a participação como um envolvimento fundamentado no exercício da palavra e no compromisso com a ação. Isso significa uma participação que combina, simultaneamente, o diálogo e a execução de acordos e projetos coletivos. A participação social autêntica une o esforço para compreender com o esforço para intervir.
88. Um arquivo é um conjunto de caracteres relacionados armazenados em um dispositivo, como um disco ou mídia, que pode representar um software (programa) ou um documento (dados do usuário, como texto, imagem, vídeo etc.). Os arquivos podem ter diferentes extensões e tamanhos. Assim, tudo no computador é armazenado na forma de arquivos, sejam programas, textos, imagens, planilhas, músicas, vídeos, entre outros.
89. Para distinguir um vírus de um worm, é necessário observar seu método de ativação: os worms se propagam automaticamente sem intervenção humana, enquanto os vírus dependem da interação do usuário com o arquivo infectado para se espalhar. Os worms são frequentemente incorporados ou escondidos em arquivos compartilhados ou baixados, podendo ser executáveis, como programas que executam scripts, ou não executáveis, como documentos do Word ou arquivos de imagem.
90. A ética no setor público não se limita à conformidade com normas legais, mas envolve o compromisso com o serviço público de forma íntegra e responsável. Isso significa que os servidores públicos devem não apenas obedecer às leis, mas também agir com transparência, imparcialidade e responsabilidade na administração dos recursos públicos. Ao estabelecer padrões éticos elevados, busca-se garantir que as decisões e políticas governamentais reflitam os interesses coletivos e promovam o bem comum.

91. A ampliação do caráter democrático de uma sociedade depende de uma cultura de respeito e promoção de condutas guiadas pelos valores pautados nos direitos humanos. Para essa transformação, é essencial melhorar as práticas sociais em todas as esferas, desde a política até o convívio comunitário. A promoção de valores democráticos e de direitos humanos deve ser integrada nas interações sociais cotidianas, incentivando o diálogo aberto, a participação ativa e o compromisso com a justiça social.
92. Na discussão sobre a temática da conduta moral, existem as regras imperativas que instruem as pessoas a fazer algo. Elas orientam o sujeito ético a realizar ou construir o que se deseja. Como toda regra, elas limitam o leque de coisas que poderiam ser feitas. Contudo, ao contrário das regras constitutivas, as regras imperativas mais orientam a ação do indivíduo do que a ordenam ou a proíbem.
93. Os cookies são pequenos arquivos de texto que informam ao navegador que você já visitou determinado link. Além de "lembrar" dos links acessados, os cookies podem armazenar outras informações sobre sua navegação na web, como se você assistiu a um vídeo, quanto tempo passou em uma página, qual é seu idioma preferido ou quais foram suas buscas em um site. Em resumo, todas as suas atividades durante a navegação geram informações que podem ser armazenadas em cookies. Esses dados são compartilhados com os sites apenas se você permitir. Apesar do que muitos possam pensar, os cookies existem desde os primórdios da internet, coletando e armazenando informações de navegação.
94. Compreende-se que a cidadania não tem seus limites metodicamente definidos, e que estão em constante construção e ampliação. Ao longo da história, o entendimento sobre os direitos sofreu grandes transformações num debate constante. Para o debate e a ampliação de direitos, foi de suma importância o desenvolvimento do poder absolutista que definia os limites dos direitos de seus cidadãos.
95. O Google Drive oferece a vantagem de permitir a criação colaborativa de documentos de texto através do Google Docs. Vários usuários podem acessar simultaneamente o mesmo documento online e contribuir com suas edições. O recurso de histórico de edições registra as alterações realizadas pelos usuários, mostrando quem fez cada alteração e quando ela foi feita, sendo que esse histórico é armazenado por até doze horas. Ao acessar essa função, um painel com o histórico de todas as alterações é aberto do lado direito da tela, permitindo a restauração de versões anteriores ao clicar na edição desejada.
96. A segurança na Internet envolve a proteção das atividades e transações realizadas online, sendo parte de conceitos mais amplos, como segurança cibernética e segurança computacional. Ela abrange aspectos como segurança de navegadores, comportamento online e segurança de redes. O firewall é um tipo de malware que bloqueia o acesso ao computador ou a arquivos específicos até que um resgate seja pago. Tipicamente distribuído como um cavalo de Troia, o firewall se disfarça de software legítimo. Após infectar um sistema, ele criptografa arquivos ou bloqueia a tela do dispositivo, exigindo um pagamento em criptomoedas, como Bitcoin, devido à sua natureza anônima. Os valores exigidos como resgate variam de acordo com a variante do ransomware e as taxas de câmbio das moedas digitais.
97. Nos navegadores web Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge, existem recursos parecidos, como barra de favoritos, botões para voltar e avançar, botão para minimizar ou maximizar a página, mas um recurso não compartilhado entre os 3 navegadores é a opção "encontrar", acionada através da tecla CTRL + F do teclado, recurso eficiente para entrar palavras chave.
98. Na perspectiva do etnocentrismo ético de K. Popper e H. Albert, qualquer esforço de fundamentação última da ética vai fracassar porque termina por cair no Trilema de Münchhausen (Regresso infinito, Círculo lógico e Decisionismo). Para eles, essa impossibilidade da fundamentação última da moral faz com que esta seja, ao final, ancorada no dogmatismo que encobre a decisão de colocar um princípio arqui-médico imune a toda crítica.
99. Para o Deontologismo, como o próprio nome indica, o certo e o errado são definidos pela utilidade imediata das ações. Trata-se de um cálculo racional: a ação correta é aquela que produz maiores benefícios e menos prejuízos; maior prazer e menor dor, e vice e versa. Como exemplos de deontologistas, podemos citar Epicuro, Bentham e Mill.
100. A moralidade não é estática, senão dinâmica, moldada por contextos históricos, culturais e sociais. O que é considerado moralmente aceitável pode variar significativamente ao longo do tempo e entre diferentes culturas. Por exemplo, práticas que eram comuns em épocas passadas, como a escravidão, hoje são amplamente condenadas. Isso demonstra que a moralidade não é fixa, mas evolui conforme novos entendimentos e valores emergem na sociedade.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO